MUSEU, ARQUEOLOGIA E CULTURAS INDÍGENAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO MUSEU DA CIDADE DE CAMPINAS

Sofia Helena Cardoso RODRIGUES
Mestranda em História - UNICAMP
sofiahelenacr@gmail.com

Vera Lúcia Aguiar MOURA
Graduanda em História (estudante indígena) - UNICAMP
v243816@dac.unicamp.br

Pedro Paulo Abreu FUNARI
Historiador e Arqueólogo - UNICAMP
ppfunari@uol.br

Resumo: O presente artigo pondera e complexifica a compreensão do papel e a própria existência dos museus nos dias de hoje - em particular dos museus brasileiros, os quais contam com uma base cultural bastante ampla e divergente à base cultural europeia, berço da ideia da instituição museu. Por meio da experiência - de diálogo interétnico a respeito do acervo etnográfico e arqueológico - obtida no Museu da Cidade de Campinas, estado de São Paulo, Brasil, no ano de 2023, disserta-se sobre a necessidade iminente da construção e aprimoramento de uma gestão verdadeiramente compartilhada entre os acervos, exposições e atividades pedagógicas, com as culturas de origem das peças e imaterialidades musealizadas. Reforça-se também a necessidade de participação ativa dos povos originários na escrita acadêmica de considerações sobre tais aspectos, de forma a quebrar a barreira de indígenas como objetos dos museus e objetos das investigações, mas sim sujeitos, fazendo ciência de seus modos.

Palavras-Chave: Museu; Arqueologia; Etnografia; Indígenas; Acervo.

Abstract: This article deliberates and elucidates the understanding of the role and existence of museums in today's world - particularly Brazilian museums, which have a broad cultural foundation that is divergent from the European cultural base, the birthplace of the museum institution idea. Drawing from the experience - of interethnic dialogue regarding the ethnographic and archaeological collection - gained at the Museu da Cidade de Campinas, São Paulo, Brazil, in 2023, it discusses the imminent need for the construction and improvement of a truly shared management among collections, exhibitions, and pedagogical activities, integrating the cultures of origin of the pieces and museum immaterialities. It also emphasizes the necessity of active participation of indigenous peoples in academic discourse regarding such aspects, aiming to break the barrier of indigenous peoples as objects of museums and research, but rather as subjects, engaging in the science of their ways.

Keywords: Museum; Archaeology; Ethnography; Indigenous people; Collection.

Introdução

Nem sempre se associa instituições como museus (Bruno, 2021) ou a prática de uma

ciência, a Arqueologia, às culturas indígenas e isso diz muito sobre o caráter colonialista de ambas. Museus e Arqueologia iniciaram-se no contexto tanto dos estados nacionais em formação, como da expansão colonial ou imperialista, na passagem do século XVIII para o XIX. A construção da nação envolvia a criação de cidadãos que compartilhassem valores, língua, uma narrativa sobre o seu passado. Isso não estava dado, era um projeto, em cuja imposição instituições como a escola, museus e universidades tiveram um papel fundamental de invenção de características, normas e costumes que deviam ser compartilhados pelo maior número possível. Os desvios de comportamento podiam ser tolerados, reprimidos ou mesmo aceitos, a depender das circunstâncias. Falar um idioma não oficial, podia ser permitido, no ambiente doméstico, mas não na escola e por escrito, algo reservado à língua nacional. Lidar com desvios significa sempre corrigir, reprimir ou suprimir os desviantes. Esse processo pode ser definido como colonialismo interno e nele, além da escola, estavam as universidades e suas novas disciplinas acadêmicas ou instituições científicas, como a Arqueologia, e os museus.

No âmbito internacional das relações entre povos e nações, o colonialismo partia de outras premissas. Os habitantes locais não eram considerados cidadãos em potencial, a não ser em casos excepcionais de cooptação, mas indígenas, nativos, aborígenes, a depender das circunstâncias, em épocas e lugares diferentes. A distinção entre o colonialismo interno e externo pode ser útil instrumento analítico, mas, na prática, havia muitas situações particulares e mescladas, em especial nos estados com uma estrutura imperial, em paralelo ao plano nacional, em especial nos casos de continuidade territorial. Isso fica evidente em casos como o Império Britânico, com as diferenças de estratégia em relação a regiões distantes, como na Índia ou em África, e no interior das Ilhas Britânicas, ou no Império Russo, pela contiguidade da expansão, mas também pelas gradações derivadas de aspectos culturais. Quanto mais próximo ao centro, nas regiões eslavas, prevaleciam aspectos de colonialismo interno, quanto mais distante, com na Ásia Central, mais características do colonialismo externo dominavam. No caso brasileiro, houve também uma mescla, a tal ponto que os indígenas só obtiveram a cidadania brasileira em...1988!

Esses processos tinham na educação escolar, nos museus e na Arqueologia instrumentos de docilização de corpos e mentes. Museus moldaram-se naqueles centrais e imperialistas, como o Museu Britânico (1753), ou o Louvre (1793), de ambição universal, mas também naqueles nacionais, como o *Musée d'Archéologie Nationale* (1862) ou subnacionais e locais, como o *Palais-musée des Archevêques de Narbonne* (1833). No Brasil, assim foram criados o Museu Nacional (1818), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1938) (Ferreira, 1999), o Museu Paulista (1895) (Ferreira, 2010) ou o Museu Paraense (1866), com vestígios arqueológicos e com pretensões identitárias (Kothe 2000). Dentre os excluídos ou eliminados dessas narrativas estavam os indígenas (Treece, 2008). A Arqueologia, prática de cunho militar e reservada à elite masculina atuava de forma similar e tanto a Educação Escolar, como os Museus e a Arqueologia partiam da noção de ciência neutra e em posse exclusiva do saber e do poder sobre as coisas e pessoas, em contraposição à falta

de informação ou mesmo desinformação por parte da população. O saber, além de enviesado, se queria objetivo, científico e neutro, de modo que as pessoas estavam ou deviam estar sob seu controle.

Isso foi contraposto desde sempre, mas essa contestação se acentuou bastante no período posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e mais ainda nas últimas décadas. A Educação Dialógica para a Autonomia (Penna, 2014), de Paulo Freire (1996), já na década de 1960 contribuiu para a difusão da prática de conhecimento pela interação para todas as ciências, como a Museologia (Xavier Cury, 2020) e a Arqueologia em busca da diversidade (Schiavetto et al., 2021). Primeiro, no mundo, depois no Brasil, já que este vivia um longo regime militar ditatorial (1964-1985). A criação do Congresso Mundial de Arqueologia (1986) mostra bem essa inflexão, com a inclusão de segmentos da sociedade, a exemplo dos povos indígenas e estudiosos de todo o mundo, assim como a Museologia Crítica (Shelton, 2013). No Brasil, esse processo coincidiu com a volta dos civis ao poder, com a Constituição (1988) e estabelecimento do estado de direito, assim como o reconhecimento dos direitos de indígenas (Funari, 2022), quilombolas, minorias.

As práticas inovadoras incluíram diversas estratégias e recursos, dentre os quais contra-discursos (Morales-Whichers, 2023), atividades práticas (hands-on) e sociais (Bruno, 2021 a e b), atuação conjunta com comunidades específicas (Bruno; Chagas; Moutinho, 2007), crianças, entre outras (Oliveira; Funari; Chamorro, 2011). O perspectivismo indígena insere-se nessa busca de interação (Viveiros de Castro, 2012; 2013), assim como um olhar crítico (Schiavetto, 2003).

Particular atenção foi dada aos acervos indígenas e à sua gestão em cooperação com os próprios indígenas e isso por diversos motivos. Em primeiro lugar, pela justa reivindicação das comunidades indígenas de devolução de restos humanos, mas também culturais em geral (Robrahn-González; Migliacio, 2008). Esse movimento atinge mesmo os grandes museus das antigas ou atuais potências coloniais, como a Grã-Bretanha e a França. Em muitos casos, do ponto de vista jurídico, esses acervos são considerados nacionais e inalienáveis, o que tem levado a situações como o empréstimo, a longo prazo, de parte do acervo a instituições de países que reivindicam tais bens. Mesmo no caso da custódia em museus na África, Ásia, Américas ou Oceania, nem sempre está garantida ou mesmo pensada a gestão compartilhada com comunidades indígenas (Whichers; Ribeiro; Bruno, 2023).

Outra limitação comum a muitos países é a consideração de qualquer vestígio arqueológico ou etnográfico como patrimônio público, a ser custodiado em instituição museológica de acolhimento, sem previsão de gestão comunitária ou local por indígenas. Tanto no caso do Brasil, como em outros países, seriam necessárias mudanças legais que incluíssem a gestão compartilhada ou mesmo integral desse patrimônio por indígenas. Isso já ocorre com o caso de acervos museológicos não públicos e de interesse de grupos específicos, como é o caso de museus de denominações religiosas, políticas, sociais ou culturais do mais variado tipo e características.

A legislação referente aos bens arqueológicos e etnográficos ainda não acolheu essas iniciativas como poderia ser o caso (Endere; Cali; Funari, 2010; 2011). Também a

educação tem um papel na inclusão indígena na escola (Funari e Piñon, 2011), pela convivialidade (Funari, 2022). Políticas de colonialismo interno, em particular em períodos de poder discricionário, levaram a práticas próximas ao genocídio (Bastos-Pereira, 2018) e, assim, não surpreende esse atraso no Brasil, assim como outras situações semelhantes em muitos outros países e contextos.

Nestas circunstâncias, daquelas práticas inovadoras em museus, mencionadas há pouco, frente ao descrevemos, neste artigo, uma experiência no Museu da Cidade, Campinas, SP, com participação indígena ativa, inclusive na redação desta contribuição. Ou seja, é apresentada, neste sentido, mais uma escalada dentro de possibilidades histórico hegemônico e colonialista dos seus alicerces: a partilha de experiências e reflexões a respeito de acervo etnográfico e arqueológico com mirada principal feita por estudantes indígenas do Núcleo de Estudantes Indígenas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que cada vez mais participam da produção de conhecimento científico acadêmico por meio, neste caso, do ingresso universitário a partir do incremento do Vestibular Indígena, corrente desde o ano de 2019, na referida instituição.

No Museu da Cidade de Campinas: como tudo começou

O lugar dos museus na atualidade já não pode ser mais o mesmo do que o do berço dos mesmos, enquanto gabinetes de curiosidades, na Europa. Assim como qualquer ciência, os museus são formados, hoje, não por “peças velhas”, de um “passado morto”, mas sim por um passado-presente, vivo, pertencente às mudanças. Desta forma, pedimos licença ao leitor para que este presente artigo seja diferente: que dê voz personificada, além das palavras escritas inócuas de valores, para pessoas indígenas - muitas vezes objetos de exposição nos museus, mas pouco sujeitos destas mesmas exposições. E o que é ser, de fato, um sujeito, em um museu? É ser tema de exposição? É ser convidado a falar? É participar da gestão, em uma gestão compartilhada? É esse o ponto de partida da presente iniciativa.

Tais indagações nascem, de fato, por meio de nossa posição enquanto historiadores e historiadoras - ou pesquisadores, como um todo, da área das humanidades. Mas nascem, também, a partir da prática muito particular, ocorrida no ano de 2023, no Museu da Cidade de Campinas. Por meio de um Edital FICC¹, para a simples e mecânica catalogação de peças e migração das informações de cadastro para um banco de dados digital², uma equipe de jovens historiadores chega à instituição, vinculados ao curso de História, da UNICAMP.

Porém, já logo nos primeiros dias de trabalho, foi verificada a impossibilidade do manuseio daquelas peças como se fossem desvinculadas de pessoas, de sujeitos. A proponente do projeto e coautora deste artigo (SHCR) foi agraciada com uma quantia oriunda da Secretaria de Cultura e Turismo da Cidade de Campinas destinada a “museus”, de modo genérico. Nesta via, foi-se indagada qual a necessidade primordial, dentre as

¹ Fundo de Investimentos Culturais de Campinas.

² Aqui deixamos os agradecimentos às pessoas de João Lucas Gualassi Duarte; Circe Nunes dos Reis, Fernanda Brenelli Rueda e Bruno Hermano Teixeira, integrantes da equipe original.

muitas, do Museu da Cidade, e então foi constatada a catalogação digital, pois, da coleção etnográfica que jazia esquecida na pequena sala de reserva técnica há anos³. Entretanto, como realizar uma simples catalogação mecânica de peças indígenas? Qual seria o intuito de agregar um banco de dados gerais sem que se perceba o potencial de pertencimento daquelas culturas? As informações de contexto junto com as peças eram muito caras a nós - identificações de peças advindas de “tribos exterminadas”, conforme escrito pelo antropólogo Desidério Aytai, e também a enorme diversidade de peças. Inclusive, registro de doação de peças por um indivíduo mais tarde julgado por tortura e assassinato durante a Ditadura cívico-militar do Brasil.

Desta forma, enquanto a higienização, fotografia e preparo dos artefatos eram feitos, eram discutidas, em tom informal, porém repleto de incômodos em tudo formais, as possibilidades de contorno do abandono das peças. O necessário, pois, era contato direto, profundo, com comunidades indígenas de hoje - já que as peças estavam na cidade de Campinas, onde não há aldeias indígenas nas proximidades. É um centro urbano onde peças indígenas estavam deslocadas de si, mais uma vez como “curiosidades” de algo “exótico”. Qual a narrativa para os visitantes do museu vendo isso? E para as crianças nos grupos escolares? Logo, foi pensado, por aquele grupo de jovens historiadores, um Ciclo de Palestras, onde a participação de pessoas indígenas para comentar do acervo era essencial, um dos grupos-alvo. E é a partir de então que chegamos aqui.

Graças ao núcleo de estudantes indígenas da UNICAMP, conseguimos a mobilização e o apoio logístico para levar os estudantes indígenas para o museu, numa noite de discussões⁴. E se não existissem tais jovens historiadores vinculados à Unicamp? Quem faria a ponte para os sujeitos indígenas? Como? A ideia de sujeito indígena é a participação ativa. Mas os grupos contemplados no museu: Terena, Xavante, Galera, Nambikwara, Kadiwéu, Karajá, Paresí, Bororo, Guarani e demais, como saberiam da existência de tal acervo? Como trabalhariam as possibilidades simbólicas para além? Ou então, como opinariam a legitimidade daquelas peças? Ou no caso em última instância, de desmusealizar as mesmas, que não deveriam ter saído jamais dos âmbitos das aldeias para puro entretenimento e simulação de conhecimento para os brancos urbanizados?

Soma-se a isso a Nova Definição de Museu, em escala mundial, para além de nossas fronteiras nacionais, dada pelo International Council of Museums (ICOM), que se sistematiza em:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com

³ As peças chegaram ao Museu, enquanto instituição, em meados do século XX. Porém, o Museu sofreu uma série de mudanças físicas (de prédios) as quais levaram as peças de um lugar a outro inúmeras vezes, nas piores condições de manuseio. Tentativas anteriores de catalogação, depois disso, foram percebidas, mas por mão de obra não especializada, o que também acarretou em problemas com as peças e perda de informações originais.

⁴ Também se agradece à Professora Raquel Gryszczenko Alves Gomes pela logística e organização de transporte para os estudantes indígenas.

a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos” (ICOM, 2022, grifos nossos).

Em ponderação a tudo isso, é dada voz, agora, para Vera Ye'pa Mahsã-Tukano, representante indígena Tukano, grupo étnico contemplado pelo acervo aqui citado. O caso de Vera é raro, já que a mesma se encontra contemplada diretamente com peças de mesma etnia, vindas de tão longe quanto sua própria pessoa, viajando entre estados e estados. Como pensar aqueles estudantes indígenas que nos visitaram, mas não são contemplados com peças oriundas de suas ancestralidades? E o oposto: as peças sem pessoas de mesma origem?

Participação no ciclo de palestras: diálogo em torno do acervo indígena

A nossa existência neste pa'tí (terra), ni'irõ (lugar) - território brasileiro enquanto povos indígenas não foi após o ano de 1500 e sim anterior a isso, nela tivemos nossa autonomia de vida e equilíbrio cultural com nossas danças, rituais, saberes e sabores. Deparar-se com acervos arqueológicos de museus ou outros objetos que pertenciam aos povos indígenas originários, é provar que sim, existiam povos indígenas no território, assim como também trazer essa memória e vivência ao presente como forma de resistência dos indígenas na atualidade e assim trazer um novo capítulo para essa parte da história. Onde tais fatos poderão ser contados pelos próprios historiadores Indígenas.

Nosso modo de vida é envolvido com o meio ambiente em que habitamos, os nossos utensílios, adornos, materiais de lutas e caça são elementos que têm vida kahtiró küosé (que têm vida), nirõkahsé (que faz parte de nossos saberes desde sempre), independentemente de onde nos movemos e independente do tempo, se faz a ligação de nossos ancestrais com a atual geração.

Sou Indígena do povo Ye'pa Mahsã-Tukano da Terra Indígena Alto Rio Negro-AM e trago testemunho dos meus avós de que muito dos objetos que se encontram em museus, enquanto acervos, ou sendo eles em exposição, foram trocados por parentes indígenas com sabão, sal, anzol, facas e entre outros (pois era novidade naquela época) e ou também foram comprados, outros dados de presente e ou pegados pelos não-indígenas sem permissão quando passaram pelos territórios indígenas, principalmente pelos comerciantes, antropólogos e missionários.

Trazer os objetos pertencentes aos povos indígenas para exposição nos museus é trazer a memória e a vivência dos povos independentes da região. Como foi bem colocado, os objetos são kahtiró küosé (que tem vida) então, para nós indígenas, os objetos em exposição são sagrados.

Enquanto povos indígenas, acadêmicos e lideranças diante das apresentações, exposições sobre os acervos arqueológicos dos povos indígenas nos museus colocamos nossos pontos de vista. Primeiro, exigimos respeito por ser objetos sagrados. E a atenção devida porque saiu de um território para outro espaço e também nossa participação,

pois nós indígenas estamos presentes. Segundo, temos informações e vivências através dos museus que trazem esse acesso com a memória, sagrado e ancestral, o que torna o espaço de museu como espaço importante para troca de informações e não como algo que ficou para trás.

O ciclo de palestra em que os acadêmicos Indígenas da Unicamp (Baniwa, Desano, Baré, Kuikuro, Atikum e Tukano) participaram no Museu da Casa de Vidro teve troca de informação a partir das apresentações do grupo de catalogação, vivência e partilha da memória com os acadêmicos Indígenas presentes no evento, o que podemos colocar como proposta que os indígenas enquanto sujeitos ativos e presentes devem participar ativamente quando se trata dos seus objetos.

Conclusões

Decolonizar os museus é uma tarefa tanto necessária quanto desafiadora. Os museus têm estado à frente das discussões sobre o seu distanciamento das políticas imperialistas e colonialistas do passado, em benefício de maior inclusão social e mesmo acadêmica, com perspectivas críticas. Para isso, a interação com a sociedade, no geral e em seus grupos de interesses específicos, em particular. No Brasil, os museus contam com acervos indígenas, arqueológicos ou etnológicos, e a inclusão de indígenas na sua gestão constitui um caminho privilegiado. A participação de estudantes indígenas da Unicamp em atividades no Museu da Cidade é apenas um indício das potencialidades dessa colaboração. Só isso permitirá o devido reconhecimento dos indígenas como protagonistas. A experiência aqui relatada é só um início de uma grande caminhada.

Agradecimentos

Agradecemos de forma especial os estudantes indígenas da UNICAMP que foram parceiros de nosso projeto. Agradecemos também a Flávio Leão Bastos-Pereira, Maria Cristina de Oliveira Bruno, Plácido Cali, María Luz Endere, Lúcio Menezes Ferreira, Caminal Azevedo de Moraes-Wichers, Nanci Vieira Oliveira, Ana Piñon, Erika Robrahn-González, Solange Nunes de Oliveira Schiavetto, e Marília Xavier-Cury. Mencionamos o apoio institucional do Museu da Cidade (Campinas), Unicamp, Fapesp e CNPq. A responsabilidade pelas ideias restringe-se aos autores.

Referências

BASTOS-PEREIRA F.L., **Genocídio Indígena no Brasil**: O desenvolvimentismo entre 1964 e 1985, Prefácio de Orlando Villas Bôas Filho, Juruá, Curitiba, 2018.

BRUNO, M. C. O. "Decolonialidade Museológica: Alguns olhares sobre Profissões nos cenários museológicos". In: MAGALHÃES, F.; COSTA, L. F.; HERNANDEZ, F.; CURCINO, A. (orgs). **Museologia e Patrimônio**. 1 ed. Leiria: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais - Instituto politécnico de Leiria, 2021, v. 5, p. 146-167.

BRUNO, M. C. O. "Sinergias e enfrentamentos: as rotas percorridas que aproximam a

Museologia da Sociomuseologia". In: PRIMO, J.; MOUTINHO, M. (orgs). **Teoria e Prática da Sociomuseologia**. 1 ed. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2021, v. 1, p. 39-63.

BRUNO, M. C. O.; CHAGAS, M.; MOUTINHO, M. (orgs). **Sociomuseology**. 1. ed. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2007.

ENDERE M.L., CALI P., FUNARI P.P.A. 'Archaeology and Indigenous Communities. A Comparative Study of Argentinean and Brazilian Legislation". In GNECCO, C.; AYALA, P. (orgs). **Indigenous Peoples and Archaeology in Latin America**, 1 ed., 1, Left Coast Press, Walnut Creek, 2011, pp.159-177.

FERREIRA, L. M. **Território Primitivo: A Institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)**. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCSRS, 2010.

_____. **Vestígios de Civilização: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Construção da Arqueologia Imperial (1838-1870)**. Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 4, p. 9-36, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996.

FUNARI, P. P. A.; PINON, A. **A temática indígena na escola: subsídios para os professores**. São Paulo: Contexto, 2011.

FUNARI, P. P. A. "América Latina, patrimônio arqueológico indígena e sua importância para a convivialidade". In: NAVARRO, A. G.; GOMES, D. M. C. (orgs). **Arte e Arqueologia da América Indígena, a coleção pré-colombiana Cerqueira Leite**. 1 ed. Campinas: Splendet/Edunicamp, 2022, v. 1, p. 11-16.

ICOM. **Nova Definição de Museu, 2022**. Disponível em: [http://www.icom.org.br/?page_id=2776#:~:text=Defini%C3%A7%C3%A3o%20aprovada%20em%2024%20de,do%20ICOM%20\(ICOM%20Brasil\)](http://www.icom.org.br/?page_id=2776#:~:text=Defini%C3%A7%C3%A3o%20aprovada%20em%2024%20de,do%20ICOM%20(ICOM%20Brasil).). Acesso em: 23 de mai de 2024.

KOTHE, F. **O cânone imperial**, Editora da UnB: Brasília, 2000.

KRENAK, A. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MORAES WICHERS, C. A. "Museologias, teorias e tensões políticas - Museus Indígenas e Contra-Museologia". In: BRITTO, R.; MELO, D.; GOMES, L.; POLARO, J. (orgs). **Outras narrativas sobre museus: contribuição da Amazônia paraense para os debates sobre a nova definição de museu do Conselho Internacional de Museus (ICOM)**. 1 ed. Belém: Programa de Pós-Graduação em Artes/UFGPA, 2023, v. 1, p. 97-105.

OLIVEIRA, N.V.; FUNARI, P. P. A.; CHAMORRO, L. **Arqueologia Participativa: uma experiência com indígenas guaranis**. Arqueologia pública (UNICAMP), v. 4, p. 13-19, 2011.

PENNA C. "Paulo Freire no pensamento decolonial: um olhar pedagógico sobre a teoria pós-colonial latino-americana". In: **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S.l.], 8(2), pp.164-180, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16133>. Acesso em: 23 de mai de 2024.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M.; MIGLIACIO, M. C. "Preservação do patrimônio arqueológico em terras indígenas". In: Revista de Arqueologia Pública, v. 3, p. 15-18, 2008.

SHELTON, A. **Critical Museology**, a manifesto, Museum Worlds, Advances in Research, 1, 2013, 7-23.

SCHIAVETTO, S. N.O. **A Arqueologia Guarani**: construção e desconstrução da identidade indígena. São Paulo: Annablume, 2003.

SCHIAVETTO, S. N. O.; RUELLAS, T. B. O.; BERNARDES, A. S. "Educação e diversidade cultural". In: **Em Extensão** (UFU), v. 20, p. 30-43, 2021.

TREECE D., **Exilados, aliados, rebeldes**. O movimento indianista, a política indigenista e o Estado-nação imperial, Nankin/Edusp, São Paulo, 2008.

VIVEIROS DE CASTRO, E. "Cosmological perspectivism in Amazonia and elsewhere". In: *Hau* - **Journal of Ethnographic Theory** (Masterclass Series vol. 1), v. 1, p. 45-168, 2012.

_____. **La mirada del jaguar** - introducción al perspectivismo ameríndio - entrevistas. 1. ed. Bueno Aires: Tinta Limón, 2013.

WICHERS, C.; RIBEIRO, D. L.; BRUNO, M. C. O. "Musealização da Arqueologia: percursos trilhados, dilemas do presente e rotas para o futuro". In: **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 12, p. 15-32, 2023.

XAVIER CURY, M., "Metamuseologia: Reflexividade sobre a tríade musealia, musealidade e musealização, museus etnográficos e participação indígena". In: **Museologia & Interdisciplinaridade** [S.l.], 9(17), pp.129-146, 2020. Disponível em:<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/29480>. Acesso em: 23 de mai de 2024.